

Possibilidades de reparação e justiça para os Avá-Canoeiro do Araguaia a partir da memória e da verdade sobre o que não se quer lembrar

PATRÍCIA DE MENDONÇA RODRIGUES

Introdução

A história e a situação atual dos Avá-Canoeiro do Araguaia, que se autodenominam *Áwa* e falam uma língua tupi-guarani, foram relatadas com destaque pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) com base no material inédito apresentado no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena *Taego Áwa* (Rodrigues 2012).¹

A saga trágica desse povo de caçadores constitui um exemplo atual e emblemático da violência dos colonizadores e do próprio Estado brasileiro contra os povos indígenas. O ocultamento oficial duradouro da memória sobre esses fatos e o consequente desconhecimento dos mesmos pela maior parte das pessoas, além de uma visão colonial deturpada sobre os Avá, contribuíram para manter o grupo excluído de uma pauta mínima de direitos humanos por décadas. O projeto colonial e capitalista de ocupação do interior do país a partir da Marcha para o Oeste, iniciada nos anos 40, que culminou com a construção de Brasília nos anos 50 e teve continuidade com o projeto de ocupação da Amazônia nos governos militares, nas décadas de 60 e 70, foi o fator determinante que levou esse povo à beira da extinção física no século 20. Nesse quadro, destacam-se a tentativa aberta de genocídio dos Avá-Canoeiro por parte da população regional e das próprias autoridades entre o século 18 e a década de 1960, a contemporaneidade dos diversos tipos de violência praticados pelo Estado brasileiro a partir da década de 70, e sua relativa proximidade em relação à capital do país.

1 O presente artigo, que tem como principal finalidade contribuir para a reparação das violências sofridas pelos Avá-Canoeiro do Araguaia, por meio da divulgação da sua desconhecida história, retoma parcialmente o que foi narrado em Rodrigues (2013), enquanto resumo de partes de Rodrigues (2012), e em Rodrigues (2019), manuscrito inédito baseado no relatório, com novos dados.

O relatório feito para a FUNAI tinha dois objetivos primários e estreitamente relacionados: evidenciar a tradicionalidade inquestionável da ocupação da terra indígena pelos Avá-Canoeiro, agora ocupada por estranhos, e contribuir decisivamente para a humanização da imagem dos *Áwa*, sobre os quais pesavam um discurso e uma prática naturalizantes por parte do senso comum, do Estado e, em alguns momentos, da academia, cujas origens remontam aos primórdios da colonização do Brasil Central. A tarefa de humanização se deu por meio de uma tentativa de compreensão da realidade e do processo histórico dando voz aos Avá-Canoeiro pela primeira vez. Em outras palavras, a memória oral detalhada e confiável dos *Áwa* que sobreviveram ao genocídio e seus descendentes foi a matéria prima do relatório, juntamente, em segundo plano, com a historiografia, a memória oral dos vizinhos Javaé, também de grande credibilidade, e dos moradores regionais, as quais deram plena sustentação ao que foi lembrado pelos *Áwa* em um exercício penoso e ao mesmo tempo catártico de acesso a um passado traumático.

Tendo em vista a temática específica que originou este artigo, “possibilidades ou conceitos na justiça de transição para povos indígenas”, dentro do curso promovido pelo SESC sobre “Povos indígenas: memória, verdade e justiça”, o texto a seguir se propõe a fazer uma relação entre esses dois tópicos abordando a possibilidade de contribuição crítica por parte do profissional de Antropologia para os processos de reparação e justiça. De um lado, trazendo resumidamente a memória e a verdade sobre o caso avá-canoeiro a público, tendo em vista a produção de documentos falaciosos e inverossímeis pelo órgão indigenista sobre o episódio central e violento do contato na década de 70, durante os governos militares, paralelamente a uma invisibilização do abandono e marginalização a que foram relegados os Avá do Araguaia após o contato; de outro, fazendo um relato das formas possíveis de justiça que temos buscado, tendo o reconhecimento oficial da terra indígena como objetivo principal, e os resultados alcançados a partir da desconstrução de conceitos coloniais equivocados.

Segundo a literatura histórica, os antigos “Canoeiro” da bacia do Rio Tocantins preferiam a morte a se entregar ao inimigo e assim ficaram famosos como o povo que mais resistiu ao colonizador no Brasil Central, recusando-se terminantemente a estabelecer qualquer contato pacífico. Os Avá-Canoeiro, como ficaram conhecidos no século 20, também chamados de “Cara Preta” na região do Araguaia, pagaram um preço altíssimo por esse espírito de resistência guerreira, que se manteve até 1973, quando os remanescentes de séculos de genocídio, acudados pelas frentes agropecuárias por todos os lados, foram capturados por uma violenta Frente de Atração da FUNAI na região do médio Rio Araguaia, o maior afluente do Rio Tocantins.

Após o contato forçado, os sobreviventes foram transferidos arbitrariamente pelo órgão indigenista em 1976 para uma aldeia dos Javaé, seus antigos inimigos, onde passaram a viver na condição de grupo dominado e grupo dominante, respectivamente. Os Javaé, em número muito maior, incorporaram os Avá-Canoeiro a uma tradicional categoria de cativos de guerra, em uma posição de grande subalternidade, embora tenha sido uma guerra vencida pelo Estado Brasileiro. O trabalho da Frente de Atração em plena ditadura militar e as suas trágicas consequências duradouras foram o clímax perverso de um longo processo histórico de caça aos índios, que terminou beneficiando exclusivamente os colonizadores que tentavam se apropriar do seu território tradicional.

O resultado da “atração” foi que os Avá-Canoeiro perderam definitivamente – para grandes proprietários rurais – as terras que ocupavam, de interesse também dos Javaé, e a sua autonomia. Dos 11 Avá-Canoeiro atacados pela Frente de Atração em 1973, restavam apenas 5 em 1976. Com a grande derrota que se seguiu à captura, a resistência aguerrida transformou-se em resiliência obstinada diante das novas e severas adversidades que se impuseram, em grande parte promovidas pelo próprio Estado. Hoje os *Áwa* somam 27 pessoas e estão à frente de um movimento intenso de afirmação étnica e de retomada de parte de seu território de ocupação tradicional, contando com a solidariedade de outras pessoas e entidades.

O líder histórico do grupo, *Tutawa Áwa*, faleceu em 2015, com mais de 80 anos, como um exemplo extraordinário de resiliência. Esse pajé de temperamento afetuoso e alegre, que também era capaz de se transformar em guerreiro destemido quando necessário, guiou o povo *Áwa* durante as décadas de genocídio anteriores ao contato e nos anos de submissão que se seguiram à captura dos sobreviventes. O fato escandaloso de negarem a ele seu último desejo, o de ser enterrado no Capão de Areia, o último refúgio antes do contato, agora ocupado por um assentamento, foi apenas um entre os incontáveis e desumanos obstáculos que teve que enfrentar juntamente com seu povo durante toda a vida. Do grupo que foi contatado pela FUNAI, apenas *Kaukamã*, a filha de *Tutawa*, mãe de todas as crianças da primeira geração pós-contato, e que ficou conhecida na literatura com o nome pejorativo de “Macaquirá”, está viva agora, com cerca de 56 anos. A terra indígena para onde sonham retornar foi nomeada por *Tutawa* com o nome da mãe dela, *Taego*.

Um novo mundo no Araguaia

Os Avá-Canoeiro estavam morando nas margens das cabeceiras do Rio Tocantins, conhecido como Rio Maranhão em seu alto curso, uma região de planalto, quando foram encontrados pelos primeiros colonizadores do Brasil Central na segunda metade do século 18. Na época, o auge do ciclo do ouro no norte da Capitania de Goiás já tinha passado, de modo que “as terras férteis que margeiam o rio Maranhão/Tocantins foram, então, ocupadas pela modesta economia agropastoril” (Pedroso 1994:54) que se instalou aos poucos em pleno território avá-canoeiro. Os Canoeiro foram estimados em cerca de 3 a 4 mil pessoas em meados do século 18 (Couto de Magalhães 1974, Pedroso 2006).

Segundo uma teoria que circula em documentos históricos² e a memória oral do grupo do Araguaia (Rodrigues 2012, 2019), os *Áwa* atuais seriam o produto de “misturas” com a população negra no período colonial. Os próprios Avá-Canoeiro narraram um mito de criação e disseram ao Grupo Técnico da FUNAI, que não fez menção a essa antiga teoria, que o seu povo “começou” a partir da mistura mítico-histórica entre três grupos diferentes: os Avá-Canoeiro (*Áwa*), os “outros índios” ou “estrangeiros” (*bairãpagawai*) e os “negros” (*tapanha*). Os brancos são chamados de *bairã*, o que parece ser uma versão dialetal do termo tupi Maíra (Teófilo da Silva 2010).

No fim do século 18, a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins, habitados por diversos povos indígenas, era prioridade para os dirigentes da Província de Goiás e para os comerciantes. O Capitão

2 Artiaga (1959), Toral (1984/1985), Pedroso (1994).

Tomaz de Sousa Villa Real, que realizou uma célebre viagem entre Belém do Pará e a capital de Goiás (Vila Boa, atual Cidade de Goiás) pelo Rio Araguaia, entre 1791 e 1793 (Baena 1848), havia sido encarregado, em 1789, pelo Presidente da Província de Goiás de tentar um caminho mais curto até Belém pelo Rio Tocantins. A expedição “fez grande mortandade”, segundo Silva e Souza (1849:463), conhecido historiador da Província de Goiás, mesmo tendo “resistido-lhe denodadamente” os Canoeiro, que lutaram com as mulheres e “um grande séquito de cães bravos que traziam”. Pedroso (1994, 2006) comenta que o grande massacre ocorreu no local conhecido como Ilha do Tropeço, no Rio Maranhão/Tocantins, perto da atual cidade de Peixe (TO), e é tido pelos autores clássicos da historiografia goiana como o principal fato histórico gerador de “seguidas represálias dos índios ao colonizador” (Pedroso 1994:55) até meados do século 19. A resistência tenaz e inflexível dos Canoeiro tornou-se célebre, sendo recorrente na literatura histórica do século 19. Chaim (1974), Pedroso (1994) e Karasch (1992) resumem a questão dizendo que nunca se conseguiu realizar o contato pacífico com os Avá-Canoeiro, subjuguá-los ou reduzi-los em aldeamentos os quais lutaram para se manter autônomos até o contato forçado em 1973.

Os conflitos entre os diversos povos indígenas da região e colonizadores foram acompanhados de inúmeras bandeiras punitivas no século 19 (Pedroso 1994, Ataídes 2001) e a fundação de presídios e aldeamentos nos rios Maranhão/Tocantins, Araguaia e seus formadores. Os conflitos mais acirrados com os Canoeiro ocorreram nas décadas de 1840 e 1850 e a diminuição da população foi acompanhada de grande dispersão territorial e fragmentação, de modo que, em 1870, “os embates haviam praticamente terminado” (Pedroso 1994:61).

Em razão dos massacres violentos, como já apontaram Curt Nimuendaju (1944 *apud* Baldus 1970), Toral (1984/1985) e Pedroso (1994, 2006), os Avá-Canoeiro iniciaram um processo irreversível de mudança, deixando as matas de galeria das margens dos rios, onde andavam em canoas e estavam mais expostos aos colonizadores. Parte do grupo continuou vivendo na região de cabeceiras do Rio Tocantins, quando teve a população reduzida drasticamente, enquanto outra parte deslocou-se, ao que tudo indica, em grupos separados para a bacia do Rio Araguaia, o principal afluente do Rio Tocantins.

Os primeiros registros da presença dos *Áwa* em afluentes do Rio Araguaia, como as cabeceiras dos rios Crixás-Açú e Rio do Peixe, são da década de 1830 (Rodrigues 2012, 2013, 2019). Nos anos que se seguiram, os registros dão conta de uma movimentação cada vez mais para o norte, incluindo a travessia para o Mato Grosso, a chegada do grupo na Ilha do Bananal e, por fim, no sul do Pará no fim do século 19, onde passou a disputar o mesmo território de ocupação tradicional dos Karajá e Javaé, localizado dentro e fora da grande ilha. Na primeira metade do século 20, os moradores regionais e os Javaé se lembram de centenas de “Cara Preta” morando nas aldeias que foram aniquiladas nas décadas de 40 e 50.

Os Javaé e Karajá, povos de exímios pescadores, falantes de uma língua do tronco linguístico Macro-Jê, com uma tradição cultural muito diversa, habitavam a região do médio Araguaia em aldeias estáveis há séculos, desde antes da colonização, tendo a grande Ilha do Bananal como centro do seu território tradicional (Rodrigues 2008, 2010). Com a chegada desse povo de guerreiros tupi, os Javaé, em especial, desenvolveram uma relação histórica de inimizade com os Avá-Canoeiro, de modo que os

dois grupos mantêm uma memória viva e detalhada sobre esse passado de enfrentamentos ocasionais e mortes recíprocas (Rodrigues 2012, 2013, 2019).

No Araguaia, os *Áwa* tiveram que se adaptar a um ambiente de características muito distintas do que conheciam originalmente no alto Tocantins, uma região de planalto e cabeceiras de rios, onde predominam as serras, o cerrado e as matas de galeria. O médio Araguaia, onde se situa a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, com dois milhões de hectares, é constituído de vastas planícies inundáveis e se localiza em uma peculiar zona de transição entre os biomas do cerrado e da Amazônia. O vale do Rio Javaés, território tradicional do povo Javaé, é conhecido como a maior área contínua de várzeas do mundo. A região do Rio Javaés e afluentes, que ainda não havia sido alcançada pelas frentes de colonização até a década de 30, passou a ser compartilhada pelos Avá-Canoeiro também. Essa nova biosociodiversidade histórica impôs restrições e desafios ao uso da terra e seus recursos e aos padrões antigos de habitação e movimentação no espaço.

Apesar de terem compartilhado um mesmo território desde o século 19, os Avá-Canoeiro e os Javaé priorizavam ambientes e recursos naturais diferenciados em certa medida, o que permitiu a convivência histórica dos dois grupos na região. Enquanto os Javaé e os Karajá estavam primariamente interessados nos recursos aquáticos e habitavam as margens de rios e lagos, embora também realizassem expedições de caça, os Avá-Canoeiro, mais por contingência histórica do que por opção cultural, abandonaram as canoas e a agricultura e privilegiaram as atividades de caça e coleta, que tiveram que ser adaptadas ao regime de inundações do médio Araguaia. Eles restringiram a sua ocupação territorial às matas interioranas e capões de mato mais inóspitos dos interflúvios, distantes das margens dos grandes cursos d'água, onde podiam se refugiar tanto dos povos indígenas ribeirinhos que dominavam a região historicamente quanto dos brancos que passaram a frequentar e ocupar o vale do Javaés.

O desafio para os *Áwa* do Araguaia era encontrar os poucos lugares secos onde poderiam viver durante a estação cheia mantendo suas atividades produtivas. Nesse novo território que passou a ser conhecido intimamente também por eles, o ciclo anual de chuvas e alagamentos é um fator determinante para as atividades de subsistência. As aldeias dos Avá-Canoeiro estavam localizadas em lugares de difícil acesso, podendo-se dizer que o principal critério de moradia era a segurança dos moradores. Em outras palavras, em um tempo de abundância de recursos naturais, a preocupação em viver em um local onde não fossem caçados pelos brancos era maior do que a preocupação em encontrar um local para caçar os animais.

Os Javaé passaram a denominar os Avá-Canoeiro como *Kyrýsa*, palavra que tem um forte sentido pejorativo, assim como o termo genérico para “estrangeiro” (*ixýju*), pois ambos têm a conotação de uma humanidade inferior ou subalterna, e construíram uma memória desse passado baseada em narrativas mítico-históricas³ sobre o aparecimento dos Avá na região, rituais e uma toponímia detalhada. Segundo um famoso mito javaé, os *Kyrýsa* são descendentes de um antigo povo que habitou a Ilha do Bananal, conhecido como *Anirahu*. As mulheres do povo *Anirahu* teriam sido transformadas miticamente nos *Kyrýsa* depois de terem cometido atos imorais, dentro de uma lógica nativa de associação entre feminilidade/transgressão e alteridade (Rodrigues 2008). A memória toponímica se estende a

3 Que aqui têm o sentido de consciência histórica legítima (Rodrigues 2008).

vários outros lugares do território, apontando com precisão locais de moradia e de passagem dos Avá-Canoeiro, ou de enfrentamento com os Javaé, como o lugar conhecido como Barreira do Tingui ou *Wyby Ijarana*, “O lugar onde jogaram as flechas”.

Há, por fim, um outro tipo de registro de uma presença relativamente antiga e contínua dos Avá-Canoeiro no território javaé, não menos importante, que são os rituais mantidos até hoje com os “espíritos dos estrangeiros” (*ix̄j̄jukuni*) mortos em batalha (Rodrigues 2008). Os “espíritos dos Avá-Canoeiro” (*Kyrysa kuni*) estão entre os mascarados que comparecem aos rituais javaé até hoje, ao lado de outros “espíritos” de povos estrangeiros, para serem alimentados por seus donos rituais, a partir de um princípio cultural em que a morte no sangue transforma um agressor/inimigo em um “espírito” benfeitor da comunidade.

Enquanto a memória dos brancos, oficial ou não, sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia priorizou o silenciamento sobre o genocídio e o ocultamento das violências cometidas, os Javaé cultivaram sua extraordinária memória oral, de grande credibilidade, que alcança períodos pré-coloniais (Rodrigues, 2008), tornando-se uma fonte confiável e rica sobre o passado e o período histórico mais contemporâneo, relativo à segunda metade do século 20, que abrange: a relação dos fazendeiros com os *Áwa*; os massacres de aldeias; e a captura protagonizada pela Frente de Atração da FUNAI, dos quais os Javaé foram testemunhas privilegiadas.

A memória do genocídio

Nas primeiras décadas do século 20, intensificou-se a penetração das frentes agropecuárias no médio Araguaia, o que foi agravado a partir da década de 40, com os efeitos da Marcha para o Oeste⁴, que culminou com a construção de Brasília, inaugurando um novo fluxo migratório no Brasil Central. Ao contrário dos guerreiros *Áwa*, que recusaram qualquer tentativa de aproximação e foram caçados como animais selvagens pelos colonizadores, sendo obrigados a uma movimentação constante em uma vasta região, os Karajá e Javaé moravam em aldeias estáveis e muito antigas e aceitaram as primeiras tentativas de intercâmbio pacífico dos brancos que navegavam pelo Rio Araguaia, ainda no século 18, apesar das violências sofridas, garantindo a sua permanência no território de ocupação imemorial e tradicional. Foi assim que os primeiros criadores de gado e mineradores de cristal de rocha instalaram-se na Ilha do Bananal e arredores a partir da década de 30, quando os Javaé e Karajá sofreram grande diminuição da população em função das epidemias desconhecidas que se alastraram nas aldeias.

A literatura, a memória regional e a dos Javaé atribuem a famosos caçadores de “Cara Preta”, como Martim Cabeça Seca e Vicente Mariquinha, entre vários outros, o assassinato de centenas de índios e o massacre de aldeias inteiras nas décadas de 40, 50 e 60, como as que existiam na Serra das Cobras e no Lago da Onça, no interflúvio entre o Rio Javaés e o Rio Formoso do Araguaia, principal território de habitação dos Avá-Canoeiro nessa época. Enquanto Martim Cabeça Seca, pescador e caçador profissional, morava em Pium, povoado fundado por mineradores de cristal de rocha, Vicente Mariquinha era criador de gado e foi o primeiro vizinho branco da aldeia *Kanoanõ*, dos Javaé, ainda na

4 Villas Bôas & Villas Bôas (1994), Lima Filho (2001).

década de 40. Os sobreviventes javaé, fragilizados pelas epidemias e pelo processo decorrente de acusações de feitiçaria e fundação de pequenas novas aldeias, aceitaram a sua presença em troca de proteção armada justamente contra os Avá-Canoeiro. Estes, ao que tudo indica, dividiram-se em vários grupos e habitavam uma vasta região ao redor compartilhada pelos dois povos, incluindo a vizinha Mata Azul, infundindo grande medo aos Javaé.

Os *Áwa* lembram que seus antepassados mataram muitos Karajá e Javaé até a década de 30, que eram inimigos deles e tomavam seus machados e outros instrumentos para a abertura de roças. Os Avá-Canoeiro pegavam também as flechas, os facões e tudo que encontravam dentro das canoas dos “estrangeiros” (*bàirápagawai*) às vezes utilizadas para atravessar o Rio Araguaia. Na literatura, é comum registrar que os Avá-Canoeiro se apropriavam de diferentes bens dos brancos (ver Pedrosa 1994, 2006), incluindo produtos agrícolas e animais domésticos, com os quais fabricavam suas famosas e temidas flechas de metal. Por outro lado, além da memória dos Javaé sobre as mortes dos Avá, a literatura registra um grande confronto anterior à década de 30, em que os Javaé teriam matado dezenas de Avá-Canoeiro dentro da Ilha do Bananal com armas de fogo obtidas dos Karajá, seus antigos parceiros de troca (Aureli 1962).

Tutawa narrou em detalhes ao Grupo Técnico da FUNAI como passou a metade da vida fugindo de massacres e incêndios de aldeias, tiroteios, assassinatos sucessivos da maioria dos parentes próximos, tocaias, cães de caça, caçadores de índios a cavalo. Quando perdeu os primeiros dentes de leite, no fim dos anos 30, seu grupo de parentes, liderado por seu pai, *Wapoxire*, teve que abandonar a moradia estável, uma gruta ao norte da Ilha do Bananal, no sul do Pará, diante da aproximação cada vez maior dos colonizadores. O grupo abandonou a sua última roça e defrontou-se com mineradores de cristal de rocha, caçadores, pescadores profissionais e criadores de gado que começavam a se instalar no vale do Rio Javaés e afluentes. O jovem *Tutawa* ainda não tinha completado 20 anos quando seu pai foi assassinado por um vaqueiro, por volta de 1950, enquanto assava a carne de um animal abatido. *Tutawa* assumiu a liderança do grupo e passou a se responsabilizar pela alimentação dos órfãos, guiando seus parentes por uma vasta região. O grupo se dirigiu cada vez mais para o sul, percorrendo o vale do Rio Javaés em condições cada vez mais difíceis, pois o cerco dos moradores regionais se intensificou consideravelmente nos anos que se seguiram.

Diante da perseguição incessante pelos novos colonizadores, em que os Avá muitas vezes foram obrigados a abandonar os corpos dos parentes mortos durante a fuga desesperada, por muitos anos a rotina caracterizou-se por um eterno deslocamento de acampamento em acampamento, instalados em lugares inóspitos. O grupo de adultos, crianças e velhos optou por caminhar principalmente durante a noite por questões de segurança. As antigas casas de palha, que abrigavam famílias inteiras com relativo conforto, foram substituídas por rústicas e minúsculas armações de madeira cobertas com folhas ou palha, sem paredes, que protegiam minimamente as pessoas dos temporais de inverno. As refeições se davam preferencialmente à noite, mas às vezes as caminhadas noturnas impediam que as pessoas se alimentassem. O descanso e o sono, por sua vez, ocorriam somente durante o dia. Os Avá-Canoeiro evitavam andar e acender fogo de dia, para que não fossem vistos e para que a fumaça não denunciasse o seu esconderijo. As pessoas dormiam ou se mantinham em silêncio durante o dia, comunicando-se muitas

vezes com assobios de pássaros. Com a perda da possibilidade de praticar a agricultura, a alimentação se restringiu a carne de caça, bois e cavalos, e aos frutos e raízes coletados durante as caminhadas. Dependendo da localização, evitava-se beber água durante o dia. Os sertanejos ainda lembram que os índios eram acuados com cachorros e subiam nas árvores em pânico. Depois de mortos, o fígado dos “Cara Preta” era dado como recompensa aos cachorros, que assim eram treinados na perseguição aos índios.

A memória *ãwa* sobre as décadas de 40, 50 e 60, quando o grupo perambulou em fuga constante, é uma crônica nauseante sobre mortes sucessivas em situações quase sempre de grande violência, como nos exemplos a seguir, entre aspas, em que narro com as minhas palavras o relato que os Avá-Canoeiro me fizeram (Rodrigues 2012, 2019).

“Certa vez, o pai de *Tutawa* matou uma vaca, acompanhado de *Wugawy*, uma mulher aparentada [avó materna de *Kaukamã*, filha de *Tutawa* viva até hoje, que ainda não havia nascido]. Depois que ele cortou a carne, a mulher encarregou-se de pegar um pedaço para carregá-lo nas costas. Escondido atrás de um cupinzeiro, um branco vigiava o movimento dos dois. Quando eles começaram a andar, o branco atirou em *Wugawy* e a matou.

Os *bàirà* [brancos] mataram também o pai de *Wugawy*, que se chamava *Makauru* [bisavô materno de *Kaukamã*]. Alguns dos outros homens assassinados foram *Pirataièga*, *Tawipy*, *Maukawa*, *Bakàw*, *Tanhanhai*, *Jajxaj*, *Itxai*, *Maetanhanha* e *Baiture*, que era tio de *Tutawa*.

Maukawa tentou se vingar das mortes de seus parentes. Ele foi até a proximidade da casa de um branco e preparou uma tocaia junto à estrada, mas ele acabou sendo assassinado também.

Tawipy [tio materno de *Kaukamã*] foi morto por um vaqueiro.

Depois de levar um tiro de espingarda, um dos homens correu e foi cair adiante, onde morreu sozinho, com seu intestino exposto. Os urubus comeram o seu corpo, assim como aconteceu com quase todos os outros que foram assassinados.

Um dos poucos ou talvez o único que foi enterrado foi *Jajxaj* [tio de *Kaukamã*]. Mesmo assim, seu corpo já havia sido atacado pelos urubus.

Tanhanhai foi cercado por um grande grupo de vaqueiros. Como havia acabado a munição, um deles lançou o seu facão contra o índio acuado e conseguiu cortar a artéria que corre no tornozelo.

Tanhanhai caiu no chão e os outros acabaram de matá-lo com golpes de facões e bordunas. Escondidos no mato, vários Avá-Canoeiro assistiam à cena de horror. Alguns deles se levantaram e se ofereceram para morrer espontaneamente. Outros três fugiram.

Houve uma mulher que foi baleada nas coxas, mas ela não morreu com os tiros, conseguindo se recuperar dos ferimentos.

Em outra ocasião, um grupo de muitos *Áwa* foi atacado pelos brancos. *Wapusile* e seu pai mergulharam dentro do rio e atravessaram para o outro lado, fugindo do ataque. Um pouco depois, *Wapusile* retornou ao lugar e constatou que estavam todos mortos e que os arcos e flechas haviam sido carregados pelos brancos.

Quando os vaqueiros matavam os Avá-Canoeiro, era comum que eles levassem as crianças sobreviventes. Certa vez, os brancos roubaram quatro meninas recém-entradas na adolescência. Pouco depois, elas engravidaram dos seus raptos, mas conseguiram fugir assim mesmo. Algumas tiveram os filhos no mato, enquanto outras retornaram para o seu povo ainda grávidas. Os Avá-Canoeiro aceitaram suas mulheres de volta e criaram os filhos que elas tiveram com os *bàirà*.”

O próprio *Tutawa* foi alvo de tiros mais de uma vez. Os Avá também se lembram dos brancos que eles mataram e da coragem admirável de alguns de seus parentes durante a peregrinação em fuga do genocídio.

“Um dia, os Avá-Canoeiro encontraram uma mulher com vários filhos, ainda crianças, colhendo mangas em uma árvore. Eles mataram a mãe e ficaram com as crianças. A maioria queria soltar as crianças, mas um deles ponderou que os filhos contariam aos adultos sobre a morte de sua mãe e que estes últimos organizariam uma expedição punitiva. Então o grupo decidiu matar todas as crianças.

Wagaturi era o guerreiro mais valente de todos, que gostava de enfrentar e matar os brancos. Nas expedições de caça, ele também se destacava pela coragem. Ele não tinha medo de morrer e enfrentava os vaqueiros quando os Avá-Canoeiro eram atacados.

Muitos dos Avá-Canoeiro tremiam de medo quando ouviam o grito dos brancos ao longe. Alguns corriam apavorados. *Tutawa*, *Kumaiara* e outro guerreiro, no entanto, permaneciam sempre firmes e dispostos a enfrentar o inimigo com sua coragem, seus braços fortes e suas armas sempre prontas.”

Houve um grande constrangimento para se falar de episódios mais traumáticos, como massacres de aldeias inteiras, o contato forçado pela FUNAI, o mais problemático, e o período em que viveram sob a supervisão dos Javaé da Guarda Rural Indígena depois do contato.

A grande derrota imposta pela captura

Em meados dos anos 60, a inóspita Mata Azul foi escolhida como o último refúgio. Os 14 sobreviventes que chegaram à mata localizada dentro da Fazenda Canuanã, por volta de 1967 ou 1968, integravam um grupo de parentes próximos, reduzidíssimo em comparação ao que o menino *Tutawa* conheceu em sua infância. Durante o breve, porém intenso e dramático período em que viveram na Mata Azul e regiões vizinhas, os Avá-Canoeiro do Araguaia foram caçados sem trégua como animais selvagens pelos moradores regionais, incluindo os vaqueiros da Fazenda Canuanã. A essa altura, os remanescentes de longos anos de ataques-surpresa estavam acostumados a fugir e a se encontrar horas depois em algum lugar seguro previamente combinado. Essas 14 pessoas viveram juntas os últimos anos antes da aproximação imposta pelo Estado, embora três tenham morrido antes da captura final: *Taego*, a mãe de *Kaukamã*, que morreu subitamente de “doença”; *Baistura*, irmão de *Taego*, que definhou aos poucos com os órgãos expostos depois de ser chifrado por uma vaca; e o jovem adolescente *Agatik*, um dos filhos de *Takira* (“Tatia”), a irmã de *Tutawa*, que foi baleado por um branco, furtivamente, enquanto quebrava cocos na mata, tendo seu corpo abandonado pelos parentes em fuga.

No início da década de 70, os Avá-Canoeiro do Araguaia estavam encurralados por todos os lados e a situação chegou a um nível crítico. A Mata Azul, que historicamente fazia parte do território maior compartilhado pelos Avá-Canoeiro e Javaé, localizava-se a cerca de 10 km da aldeia Canoanã, dos Javaé. Na época, a mata estava dentro da então imensa Fazenda Canuanã, que havia sido comprada no início dos anos 60 pelos irmãos Pazzanese, rica família de São Paulo. A sede da fazenda foi instalada

no sítio da primeira aldeia Canoanã, junto a um dos locais de origem mitológica dos Javaé. No final dos anos 60, fato jamais esquecido pelos Javaé, os Pazzanese jogaram seus tratores sobre o cemitério indígena, destruindo as urnas funerárias e dando destino ignorado aos ossos dos mortos.

Após o golpe de 1964, como mostra o jornalista Rubens Valente (2017:25) em seu recente livro sobre a ditadura militar e os povos indígenas, e o próprio Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), os militares deram continuidade ao antigo plano de “ocupação” da Amazônia legal, criando a SUDAM e sua política de isenções fiscais para grandes projetos de colonização. Um verdadeiro genocídio foi posto em marcha pelo Estado brasileiro e violências variadas foram cometidas e mantidas ocultas em documentos oficiais secretos nesse processo de conquista do território mediado por ações denominadas de “pacificação”, em que os povos indígenas eram percebidos e tratados como entraves ao progresso nacional (ver Ramos, 2006). Na época, a política indigenista patrocinava transferências e a sedentarização dos grupos, em sua busca pela “integração” dos povos indígenas à nação. A Fazenda Canuanã, na margem direita do Araguaia, de onde foram transferidos os Avá-Canoeiro, e a Fazenda Suiá-Missú, na margem esquerda, de onde foram transferidos os Xavante de *Marãiwatsédé* (Rodrigues 2018), foram duas das grandes fazendas do médio Araguaia que se beneficiaram dos recursos da SUDAM e da política de transferência forçada dos povos indígenas praticada pelo próprio órgão indigenista.

A presença dos Avá-Canoeiro na Mata Azul incomodava enormemente os fazendeiros locais em razão dos abates de animais domésticos, como bois e cavalos. No período entre a compra da Fazenda Canuanã pelos irmãos paulistas e a captura dos Avá-Canoeiro pela FUNAI, os Javaé presenciaram as relações violentas entre os funcionários da fazenda e os Avá-Canoeiro, testemunhando massacres e ataques menores. A presença dos índios tornou-se um incômodo muito maior quando os Pazzanese iniciaram uma parceria econômica com o grupo Bradesco no início dos anos 70, que decidiu instalar a primeira unidade rural da Fundação Bradesco, conhecida instituição escolar, ao lado da sede da fazenda. Surgiu então a Fundação Bradesco / Fazenda Canuanã, mas o Bradesco havia condicionado a parceria à não existência de índios na área, cuja presença era negada pelos Pazzanese, apesar das fortes evidências em contrário. Embora não se saiba exatamente como se deu essa conexão entre interesses privados e agentes públicos, que não aparece nos processos oficiais da época, o poder público foi acionado e o órgão indigenista enviou uma equipe com o objetivo de realizar o contato com os índios. Há uma sugestiva coincidência de datas entre a ativação da Frente de Atração no Araguaia e o interesse do grupo Bradesco pela Fazenda Canuanã, tendo em vista que há vários anos os fazendeiros locais solicitavam sem sucesso à FUNAI que tomasse alguma providência em relação aos “Cara Preta”.

Em 1972, o órgão indigenista instalou uma Frente de Atração comandada pelo sertanista Israel Praxedes Batista, que reconheceu por meio de vários relatórios oficiais que os Avá-Canoeiro ocupavam uma vasta área de 50.000 alqueires entre os rios Formoso do Araguaia e Javaés. Como a lenta tática de oferecimento de brindes aos índios não obteve resultados, contrariando os interesses dos proprietários das fazendas, Praxedes foi substituído do comando da Frente de Atração no fim de 1973 pelo sertanista Apoena Meireles, filho do célebre sertanista Francisco Meireles, a quem é atribuída a “pacificação” dos Xavante. A forma como o contato foi realizado, no entanto, foi muito mais brutal do que aparece nos

boletins oficiais da época, que tentaram ostensivamente engrandecer o feito dos sertanistas e ocultar a violência dos procedimentos adotados.

A equipe de atração era integrada por índios Xavante, que foram levados a desempenhar o papel de caçadores de outros índios. Os Avá-Canoeiro lembram que *Tutawa* sempre enfrentava os inimigos destemidamente, com suas famosas flechas com pontas de metal, tentando proteger os seus familiares. Foi assim também quando a Frente de Atração encontrou o grupo no Rio Caracol, em 1973, então reduzido a apenas 11 pessoas, e entrou atirando no acampamento de supetão. Nesta ocasião, uma menina de oito anos foi baleada, vindo a falecer dias depois na Mata Azul, nos braços de sua mãe, fato nunca divulgado. Depois dos tiros e dos fogos de artifício, parte do grupo conseguiu fugir, enquanto outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de *Tutawa*, que decidiu se entregar não porque confiou nos sertanistas - conforme afirma o boletim oficial (FUNAI 1973) mistificador e inverossímil produzido no auge dos governos militares, que descreveu uma improvável “confraternização” entre índios e indigenistas - mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, que haviam sido capturados à força. Durante a captura, a menina *Kaukamã* reagiu tentando morder os homens que a prenderam, conforme a memória oral dos Avá-Canoeiro. Desde então, ela ficou conhecida com o apelido pejorativo de Macaquira, em referência ao mesmo comportamento observado entre os macacos.⁵

Se havia uma máquina fotográfica, com a qual o casal Meireles tirou 139 fotos (Borela 2013), e uma relação de paz estabelecida, por que o boletim não traz as fotos da “pacificação”, que seriam as mais significativas de todas, como em outras Frentes de Atração? Ao contrário da confraternização descrita, os seis índios capturados, dois homens, uma mulher e três crianças, foram amarrados sob a mira das armas de fogo dos Xavante – que manifestaram a intenção de matar os Avá-Canoeiro, pois um Xavante havia sido ferido, conforme seria reconhecido pelo próprio Apoena em suas memórias muitos anos depois (Newlands & Ramos 2007) – e levados para a sede da Fazenda Canuanã com a certeza de que seriam mortos.

Rendidos finalmente depois de décadas de resistência tenaz aos inimigos e em pânico, o grupo permaneceu em silêncio, ao contrário do que diz o boletim, e se recusou a aceitar a comida oferecida inicialmente no Capão de Areia. Na reportagem fantasiosa d’O Globo, de 7.12.1973, que reproduz a versão da equipe de atração, “meia hora depois (do contato), os Avá-Canoeiros, os civilizados e os Xavantes comemoravam a paz, comendo carne de boi assada sobre o jirau de madeira”. É notável que a narrativa oficial, o noticiário da época⁶ e muitos dos relatos que se ouvem ainda hoje em dia na região, inspirados pela versão da equipe da FUNAI, tendam a enfatizar apenas que um Xavante foi atingido no nariz por uma flecha avá-canoeiro, o qual foi imediatamente socorrido e sobreviveu.

Durante os quase três anos em que viveram nas terras da Fazenda Canuanã, supervisionados pela FUNAI, os Avá-Canoeiro foram vítimas de abusos físicos, sexuais e emocionais diversos, relatados em parte à Comissão de Anistia (2011), os quais compõem uma memória traumática do grupo. Tanto os

5 Há outras versões sobre o apelido: teria sido dado em função do macaco de estimação de *Kaukamã* ou seria uma corruptela de outro nome *ãwa* de *Kaukamã*.

6 Ver Toral (1984/1985), Newlands & Ramos (2007), Borela (2013).

Javaé quanto os moradores regionais lembram-se muito bem do cercado em que os Avá foram colocados e expostos à visitação pública na fazenda, durante semanas, atraindo a curiosidade dos que vinham de longe para ver os “índios pelados”. Os agentes públicos que haviam caçado, capturado, amarrado e aprisionado os índios em uma espécie de jaula a céu aberto foram associados pelos espectadores presentes a domadores de animais, conforme um deles disse ao Grupo Técnico da FUNAI em 2009. Em uma reportagem d’O Globo de 7.12.73, se diz que “quando se espalhou a notícia de que os ‘Cara Preta’ (...) haviam sido ‘domados,’ veio gente de toda redondeza, a cavalo e à pé”. Algumas das fotos mais impactantes do contato foram tiradas pelo alemão Klaus Gunther (*apud* Borela 2013) nos primeiros dias dezembro de 1973, que viajava de moto pela América Latina e por coincidência passava pela Ilha do Bananal. Suas fotos angustiantes nos revelam um pouco da situação de opressão a que os Avá foram submetidos na Fazenda Canuanã enquanto eram observados por curiosos.

E tanto os Javaé, que somavam cerca de 400 pessoas na época, quanto os Avá lembram-se com nitidez do período em que foram forçados a conviver na Mata Azul pela FUNAI, que desconsiderou o fato essencial de que os dois grupos eram adversários históricos, com uma memória viva das mortes recíprocas no passado. Os Javaé foram levados pelos sertanistas a servir de guardas e “amansadores” dos índios capturados, estabelecendo dali em diante uma relação de dominação. A FUNAI escolheu como guardas justamente os Javaé que faziam parte da Guarda Rural Indígena, a tristemente famosa GRIN, que foi treinada em um quartel da Polícia Militar de Belo Horizonte na virada dos anos 60 para os anos 70, em plena ditadura militar, sob uma ideologia de violência e tortura (Freitas 2011, Valente 2017). O restante do grupo foi contatado em 1974, totalizando 10 pessoas, com a ajuda de um dos caçadores de índios da Fazenda Canuanã, que foi integrado à equipe da FUNAI, e do próprio *Tutawa*, que foi induzido a acreditar, equivocadamente, que ele e sua família poderiam viver em paz em seu território se colaborassem com os sertanistas. No primeiro mês após a rendição final, os Avá-Canoeiro recém-contatados estavam em choque intenso e em estado de saúde deplorável, conforme os relatórios médicos da época.⁷

Os fatos relacionados à Frente de Atração causaram uma ruptura definitiva na vida dos Avá-Canoeiro do Araguaia, que dividem a história entre o antes e o depois da captura, mas o pior ainda estava por vir. Em 1976, com uma decisão repentina e autoritária, a FUNAI impôs a transferência dos sobreviventes para a aldeia Canoanã, dos Javaé, sem que eles fossem consultados a respeito. Os efeitos da “atração” foram desastrosos: das 11 pessoas aparentadas que a Frente de Atração encontrou na Mata Azul, 6 morreram de doenças para as quais não tinham imunidade ou de violências cometidas por estranhos nos primeiros anos após o contato. Entre elas, uma irmã e a segunda esposa de *Tutawa*, que morreram doentes, deprimidas, recusando-se a tomar medicamentos na aldeia.

Aos 5 que restaram - *Tutawa*, seus três filhos ainda muito jovens e sua irmã mais velha, *Takira* (“Tatia”), que perdeu os três filhos e o marido - coube carregar o pesado fardo de encarnar a alteridade em dois níveis diferentes: no universo local javaé, em que foram subalternizados como derrotados e como um tipo de humanidade inferior, onde foram assimilados a uma tradicional categoria social de

7 Documento FUNAI/7ª D.R., de 31.07.74.

“cativos de guerra” (*wetxu*)⁸, sofrendo uma série de privações físicas e marginalização social, embora tenha sido uma derrota imposta pelo Estado; e no universo colonial mais amplo, em que uma ideologia e uma prática racistas se travestiram de um discurso naturalizante sobre os selvagens ou os mestiços aculturados.⁹

O cativo, que permanece até hoje, não implica em um aprisionamento carcerário, mas significa uma permanente submissão e marginalização na terra de outros e a privação de uma terra própria, o que foi reforçado pela atuação omissa ou equivocada das instituições públicas durante décadas. Para um povo que cultivou o espírito de resistência e autonomia como poucos, preferindo a morte à prisão durante séculos de colonização, a captura e o cativo final foram sem dúvida uma experiência devastadora.

O resultado prático da “atração” foi que os Avá-Canoeiro perderam definitivamente a sua mínima autonomia e as terras que ocupavam, de interesse também dos Javaé, para grandes propriedades rurais. Desde então, toda a margem direita do Rio Javaés ficou livre para a agropecuária e para a negociação imobiliária. Paralelamente, o grupo sofreu crescentes impedimentos para continuar caçando e coletando na região da Mata Azul, na Fazenda Canuanã. Os sobreviventes de um povo de exímios caçadores solicitavam comida nas casas de funcionários da FUNAI na década de 80. Nos anos 90, a Fundação Bradesco ofereceu a eles pão e leite diário, além de autorização para coletar as cabeças de bois e porcos que eram destinadas ao lixo, em troca de cessarem o abate de gado ocasional. Até há alguns anos atrás, os Avá recolhiam alimentos e bens de consumo no lixão da fazenda-escola, instalado em antiga área de caça e coleta do grupo.

É notável, contudo, que, apesar de todos os prognósticos em contrário, em que acadêmicos, jornalistas e indigenistas declararam a iminente extinção do grupo ou a sua “aculturação”, os *Áwa* tenham conseguido se reproduzir como um povo único, por meio de uniões com os Javaé, Karajá e Tuxá, somando 27 pessoas atualmente. Nada aniquilou ou domesticou a vitalidade resiliente dos sobreviventes *áwa*, que seguiram adiante contando essencialmente com a sabedoria herdada de seus ancestrais, o vínculo amoroso entre eles e uma narrativa profética que prevê o retorno ao seu território de origem. As crianças que sobreviveram à captura e as que foram nascendo depois foram protegidas e cuidadas pelo pajé *Tutawa* com afeto e dedicação exemplares, a quem ensinou a língua, práticas rituais e batizou com os nomes-alma dos antepassados, conforme a tradição *áwa*, mantendo uma das mais importantes formas de continuidade do legado tupi-guarani (Viveiros de Castro 1986). Apesar do contexto de forte discriminação, os descendentes do grupo contatado auto identificam-se como *Áwa* ou são reconhecidos pelo grupo e pela comunidade local como Avá-Canoeiro.

Recentemente, a partir de um projeto coletivo, todo o grupo obteve a retificação de seus documentos oficiais, onde apelidos, nomes errados, pejorativos ou de outras línguas, além de genealogias incorretas, foram registrados como nomes próprios, à revelia de seus portadores. Apenas os valiosos nomes indígenas, que eram mantidos na intimidade do grupo, foram registrados nos novos documentos.

8 Em Rodrigues (2008), há uma elaboração maior desse conceito.

9 Ver Toral (1986, 1995), Tosta (1997), Granado (1999), Pedroso (2006), Teófilo da Silva (2010).

O relatório antropológico

A minha relação com os Avá-Canoeiro do Araguaia começou em 1990, quando iniciei minha pesquisa de Mestrado em Antropologia entre os Javaé da aldeia Canoanã, na Ilha do Bananal. Em 1997 retornei para a pesquisa de doutorado e a partir de 2007 tive a oportunidade de coordenar vários grupos técnicos da FUNAI para identificação e delimitação de terras indígenas dos Karajá e Javaé, quando acabei me envolvendo, juntamente com Luciana Ferraz (2012), a bióloga do Grupo Técnico, com a demanda urgente dos Avá-Canoeiro por uma terra própria, até então absolutamente invisibilizada pelo órgão indigenista desde o contato forçado. Conseguimos convencer a FUNAI a criar um Grupo Técnico para estudar e propor os limites de uma terra exclusiva para os Avá-Canoeiro, o que resultou no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena *Taego Áwa* em 2012. Esse foi o primeiro passo do Estado Brasileiro para reparar minimamente as atrocidades de que os Avá-Canoeiro do Araguaia foram vítimas desde o início da colonização. Muito do trauma vivido com a captura permaneceu inominado e inacessível até então, quando os *Áwa* decidiram realizar um inédito e árduo esforço – e ao mesmo tempo catártico – de reviver antigas feridas nesse diálogo com o Grupo Técnico.

A experiência anterior de pesquisa que eu tinha na região e com a coordenação de grupos de identificação de terras no Araguaia e em outros lugares do Brasil me deu uma base etnográfica e histórica sólida para elaborar um relatório antropológico impactante (principalmente porque a história dos *Áwa* é impactante) que conseguiu abrir portas no órgão indigenista e em outras instâncias. Foi possível mudar uma visão consolidada há décadas, baseada em paradigmas ultrapassados das Ciências Sociais, que se tinha a respeito dos dois grupos de Avá-Canoeiro existentes, o do Rio Araguaia e o do Rio Tocantins, que também vivem uma situação de opressão, relatada por outros pesquisadores (Tosta 1997, Teófilo da Silva 2010), sobre a qual não entrarei em detalhes aqui.

A força do relatório de quase 500 páginas, em que a versão *áwa* da história, escrita primeira vez, teve grande peso, se baseou em três argumentações essenciais e detalhadas: a demonstração histórica e etnográfica de que a terra em questão era uma parte ínfima e inquestionável do território tradicional de ocupação avá-canoeiro, compartilhado com os karajá e javaé; a demonstração de como se deu o genocídio praticado pela população regional e a opressão brutal praticada pelo próprio Estado brasileiro depois do contato forçado, em plena ditadura militar; e a desconstrução da falsa narrativa, porém hegemônica, por parte de indigenistas, historiadores, antropólogos, jornalistas etc, de que o grupo do Araguaia era um grupo “aculturado”, “mestiço” e em “vias de extinção”.¹⁰

Essa narrativa minava até certo ponto a autoestima das novas gerações, apesar da força extraordinária e altiva que o principal líder do grupo, o pajé *Tutawa*, transmitia aos seus descendentes na intimidade da sua convivência. A quebra dessa narrativa pelo relatório, cujas questões essenciais foram compartilhadas com os *Áwa* ao longo do nosso envolvimento, foi um divisor de águas na postura dos

10 Ver, por exemplo, Toral (1986, 1995), Pedroso *et alli* (1990), Pedroso (2006) e Granado (1999). Já foram feitas várias reportagens sobre os “últimos” Avá-Canoeiro (Revista *Isto É / Gente* 2002) ou sobre os seus “últimos dias” (*O Globo* 19/04/96), os quais são descritos como “povo em extinção” ou “nação perto do fim” (Revista *Altiplano* 12/09/2002).

mais jovens em relação ao contexto local, regional e nacional que os oprimia. Estes jovens começaram a destacar – primeiramente dentro da aldeia javaé, e depois, em suas aparições públicas em outros lugares, no movimento de busca de seus direitos, até então inédito - que os *Áwa* não eram um povo em extinção e que tinham orgulho de suas raízes.

Para se ter uma ideia da invisibilidade a que estavam confinados até a constituição do Grupo Técnico, em 2011, os Avá-Canoeiro do Araguaia nunca tinham sido recebidos como um povo em busca de alguma demanda pela FUNAI regional ou nacional ou qualquer outro órgão público. Nunca haviam participado de nenhuma reunião do movimento indígena. Nunca tinham sido ouvidos em seu desejo de retorno ao território de origem. Eram apenas aquele pequeno grupo de pessoas marginalizadas na periferia de uma grande aldeia javaé, dos seus antigos inimigos, a quem uma parceria público-privada entre FUNAI e FURNAS¹¹ tentava, há mais de 20 anos, contra a sua vontade, transferir para a distante terra dos Avá-Canoeiro do Rio Tocantins, com quem não reconheciam nenhum vínculo de parentesco ou histórico, e cuja terra era pobre em recursos naturais e tinha características ambientais muito diversas. Essa foi a única iniciativa da FUNAI em relação ao grupo depois do contato.

O envolvimento do GT com os Avá-Canoeiro do Araguaia levou a um questionamento desse programa oficial que um segmento da FUNAI mantinha com os dois grupos desde o fim da década de 80, o que já tinha sido feito pelos antropólogos Lena Tosta (1997) e Christian Teófilo da Silva (2010). O programa foi elaborado originalmente por pesquisadores e indigenistas e foi o resultado de um convênio indenizatório entre a FUNAI e a empresa FURNAS depois que esta última iniciou a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa na década de 80, na região da Terra Indígena Avá-Canoeiro, no Rio Tocantins, o que levou à inundação de parte da terra indígena e causou sérios e irreversíveis danos socioambientais. Havia alguns equívocos básicos nesse programa descontextualizado da autocrítica que o próprio órgão indigenista havia empreendido em relação à antiga política integracionista. Em primeiro lugar, estabeleceu-se uma distinção artificial e insustentável entre o grupo “aculturado” do Araguaia, que tinha 11 pessoas quando foi atacado em 1973, e o grupo “tradicional” do Rio Tocantins, que tinha 4 pessoas quando foi contactado em 1983, apesar dos dois episódios terem acontecido praticamente na mesma época. Em segundo, com base em pressupostos racistas, insistiu-se na reunificação dos dois grupos contra a vontade dos mesmos durante décadas, partindo de um suposto parentesco biológico original que os mesmos não reconheciam. O programa supunha que a continuidade de uma sociedade ou etnia se baseia na pureza biológica ou cultural de seus integrantes, de modo que os filhos dos Avá-Canoeiro do Araguaia “aculturados” com pessoas de outras etnias eram descritos como “mestiços”.¹² De um lado, um paradigma integracionista e de negação da diferença, de outro, uma concepção reducionista, biologizante e estática dos conceitos de cultura e sociedade ou etnia.

Até recentemente, os operadores do convênio milionário – que depende da continuidade do pequeno grupo do Rio Tocantins para continuar existindo – insistiram no casamento forçado entre pessoas do Araguaia com pessoas do Tocantins, chegando a proibir que os Avá-Canoeiro se casassem

11 Pedrosa *et alli* (1990), PACTO (1992, 2004).

12 Pedrosa (1994, 2006), Granado (1999).

com pessoas da sua escolha pessoal. Esse processo de desumanização dos dois grupos, em que os índios foram tratados como animais em cativeiro em um processo de reprodução assistida, foi baseado em uma ideologia racista¹³ que previa que se casassem exclusivamente entre si, como se isso fosse a única garantia da reprodução do povo *Áwa*.

O projeto não teve sucesso diante da resistência inabalável do grande líder *Tutawa*, que recusou terminantemente, por décadas, a proposta de transferência do grupo do Araguaia, em razão dos profundos vínculos históricos, culturais, socioeconômicos e espirituais que sua família mantém com a região. E contrariando totalmente os pressupostos dos operadores do projeto, foram justamente os Avá-Canoeiro do Araguaia, abandonados pelo Estado à própria sorte na aldeia de seus antigos inimigos, que conseguiram se reproduzir física e culturalmente por meio de casamentos interétnicos estigmatizados, os quais foram apropriados pelo grupo a partir de sua própria lógica cultural.

Enquanto o relatório da Terra Indígena Taego *Áwa* (Rodrigues 2012) estabelece como marco histórico crítico a captura pela Frente de Atração no auge dos governos militares, adotando a própria percepção dos Avá-Canoeiro sobre a sua história, um manuscrito inédito recente (Rodrigues 2019), escrito sete anos depois, cuja matéria prima é o relatório, considera também a constituição do Grupo Técnico da FUNAI como um evento fundante que divide a história *áwa* entre o antes e o depois da perspectiva de retomada da terra tradicional. Ao passo que o relatório é dominado pelo tom de denúncia e indignação diante do que foi revelado, que permanecia invisível e naturalizado pelos círculos mais próximos, o livro acrescenta à narrativa a visível efervescência social, política, cultural e emocional que a possibilidade de retorno a um lugar próprio causou entre os Avá-Canoeiro do Araguaia. Em outras palavras, o renascimento de uma força ancestral que sempre esteve presente, mas se manteve latente, dissimulada, conduzida sutilmente por *Tutawa* após o contato, como forma de sobrevivência em um ambiente hostil, como se ele sempre soubesse que eles retornariam à sua terra sonhada. E como se o vínculo com a terra fosse o âmago da identidade *áwa*. Como ficamos sabendo depois, eles eram guiados por uma narrativa mítica e profética que previa o seu retorno à morada ancestral, o que de algum modo tem caminhado para a concretização.

A presença do Grupo Técnico como um ouvinte qualificado e acolhedor da versão *áwa* da história e das demandas reprimidas há décadas, especialmente o desejo pela terra, engajado posteriormente na busca conjunta de soluções para questões diversas e na construção de uma rede de apoio aos Avá, teve dois efeitos instantâneos e de ruptura de um padrão consolidado: a disposição dos remanescentes do contato em acessar uma memória traumática e o resgate da autoestima da geração nascida após o contato, em um contexto de discriminação, e oprimida por décadas de um discurso indigenista e acadêmico que promovia a ideologia da mestiçagem e da aculturação, negando a identidade *áwa*, e anunciava a iminente extinção do grupo.

O encontro etnográfico entre dois sujeitos, conceito da Antropologia que se aplica à relação entre o pesquisador e as pessoas do grupo pesquisado, mediado pelo Estado, alcançou uma dimensão política inescapável e também terapêutica, propiciando transformações poderosas para as duas partes desse diálogo fecundo. Se para os Avá houve algum nível de catarse e libertação interna de antigos

13 Termo utilizado por Teófilo da Silva (2005:99) para definir o “desejo de manter os Avá-Canoeiros como ‘índios puros’”.

padrões de sofrimento, alicerçadas na esperança de mudança do status quo, o encontro produziu uma vinculação afetiva e militante duradoura do GT aos *Áwa* e seu projeto de vida. Essa parceria amorosa entre os Avá-Canoeiro do Araguaia e os simpatizantes que foram se juntando à causa deste povo com o passar do tempo atingiu resultados expressivos em poucos anos: em 2016, quatro anos após a entrega do relatório à FUNAI, o que pode ser considerado um tempo muito breve em comparação ao procedimento regular no contexto fundiário indigenista brasileiro, o Ministério da Justiça declarou como de posse indígena permanente a Terra Indígena Taego *Áwa*, embora a ela os Avá não tenham retornado ainda por estar ocupada por estranhos.

O relatório foi acolhido integralmente também com grande êxito pelo Ministério Público Federal, a quem recorremos em momentos diversos, pelo Poder Judiciário, com importantes vitórias judiciais, e pela própria Comissão Nacional da Verdade. Nesse meio tempo, levamos a história *áwa* à Comissão de Anistia, à Comissão de Direitos Humanos do Senado, à Comissão Nacional da Política Indigenista, à mídia e a espaços da academia. A nova versão da história *áwa* também foi acolhida por uma ONG como o CIMI, que passou a apoiar fortemente a causa do grupo do Araguaia, propiciando a participação dos mesmos no movimento indígena regional e nacional, o que foi fundamental para a ampliação de sua consciência política. Foi justamente no Araguaia, na mesma época em que os Avá-Canoeiro foram capturados, com a atuação de Pedro Casaldáliga e das Irmãzinhas de Jesus, que o Conselho Indigenista Missionário teve inspiração para iniciar uma atuação pioneira e vanguardista pelos direitos dos povos originários.¹⁴

Como resultado desse movimento, o Poder Judiciário determinou em 2012 que cada membro do grupo receba um benefício mensal, enquanto está em andamento uma ação por danos morais e materiais contra a FUNAI e a União, o que se tornou a sua principal fonte de renda e segurança alimentar desde então. E em 2018, determinou a demarcação e desintrusão da Terra Indígena Taego *Áwa* em um prazo de um ano. A importância das decisões judiciais favoráveis alcançou um patamar muito além dos ganhos econômicos imprescindíveis, atingindo também o nível essencial da reparação moral, pois houve um reconhecimento oficial da injustiça histórica e do sofrimento dos Avá-Canoeiro, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento interno do grupo.

Racismo colonial e naturalização

Temos, então, mais um relato de como a prática de uma etnografia histórica e engajada, aqui no sentido de comprometimento com a verdade e a justiça, diante de um grupo em situação de grande vulnerabilidade, pode colaborar de modo decisivo para que seja feito um mínimo de reparação histórica dentro do espírito da própria Constituição de 1988. O engajamento do profissional da Antropologia aqui não tem o sentido deturpado de perda de objetividade ou de propósitos ideológicos escusos, mas de desconstrução de narrativas coloniais hegemônicas do senso comum e do próprio universo acadêmico ou jurídico que oprimem os povos indígenas e outros grupos marginalizados.

Uma questão central do racismo estrutural colonial (Quijano 2005) em relação aos povos indí-

14 Ver Escribano (2000), Valente (2017).

genas é o discurso naturalizante e objetificante, cujas consequências vão desde autorizar moralmente práticas genocidas até o impedimento ou o atraso de seu acesso a direitos de cidadania ou mecanismos de justiça. Em se tratando dos povos indígenas, tem sido recorrente que o racismo colonial, definido como uma crença irreal de superioridade de um povo ou grupo sobre outro, com base em características arbitrárias, tome a forma de um discurso naturalizante, em que os indígenas são definidos e tratados como humanos inferiores ou não humanos por estarem mais próximos ou pertencerem a um fictício mundo natural.

São inúmeros e recorrentes os exemplos de como os Avá-Canoeiro foram vistos historicamente como raça inferior, como menos que humanos plenos ou mesmo como não-humanos pela população regional e pelo próprio Estado, o que justificou ideologicamente as políticas oficiais ou não adotadas em relação a eles. No início da colonização do alto Tocantins, no século 18, pode-se dizer que os índios em geral eram associados pelos colonizadores aos animais selvagens, justificando assim o seu extermínio ou a utilização de sua mão de obra escrava. Na literatura histórica da época, produzida tanto por agentes oficiais como por historiadores ou naturalistas, os “Canoeiro” foram referidos inúmeras vezes como “bárbaros” (Cunha Mattos 1875:19, Pohl 1951:90), “crudelíssimos” (Silva e Souza 1849:49), “ferozes” (Cruz Machado 1997:133) ou “selvagens” (Cruz Machado 1997:129, Couto de Magalhães 1974:88), entre outros qualificativos similares, todos termos que remetem a uma natureza animalizada ou oposta à civilização. O Presidente da Província de Goiás em 1854 e 1855, Cruz Machado (1997:133), resumiu a questão dizendo que os Canoeiro não pareciam “susceptíveis” à “civilização”.

Bem mais recentemente, nas últimas décadas do século 20, textos acadêmicos e oficiais continuaram utilizando conceitos naturalizantes para se referir aos Avá-Canoeiro. Em um boletim oficial da FUNAI, o casal Meirelles propõe que a convivência com a sociedade nacional substituiria aos poucos as funções “instintivas e emocionais” dos Avá por “funções mais intelectuais” (Meireles & Meireles 1973/1974:22). Em parecer oficial de antropólogo da FUNAI, de 1994, os Avá são descritos como “bandos remanescentes”¹⁵. Essa “animalização” do grupo no discurso antropológico e indigenista, já apontada por Teófilo da Silva (2005:115), esteve presente também na atribuição aos mesmos, apressada e sem comprovação, de práticas incestuosas (que no imaginário popular são associadas à selvageria mais pura e simples) pelo antropólogo Toral (1986) e pela historiadora Pedroso (1994) – esta última se referiu a eles com o termo “hordas” em outro texto (Pedroso 2006:105).

Na imprensa, além da imagem de preguiçosos, infantis, aculturados ou comedores de ratos e morcegos, tem sido usual recorrer à repugnante imagem do incesto ou da poligamia, associada simbolicamente a uma exacerbação dos instintos, para retratar os Avá-Canoeiro, principalmente no caso do grupo do Rio Tocantins. O casamento de membros do Araguaia já foi descrito com o termo “acasalamento”¹⁶, aplicado aos animais, assim como *Tuia*, do grupo do Rio Tocantins, foi descrita como a “fêmea” que se oferecia sexualmente e sem qualquer critério aos brancos.¹⁷ No filme “Avá-Canoeiro, A Teia do Povo Invisível” (Moreira 2006), os integrantes do grupo são chamados de “espécimes”, mais um termo de conotação naturalizante.

15 Processo FUNAI nº 253/83, fls. 621-624.

16 Ver, por exemplo, a reportagem “Os últimos dias de uma tribo invisível” (O Globo 14.04.96).

17 Ver a reportagem “Os últimos Avá-Canoeiro” (Revista Isto É / Gente 2002).

Por fim, os Avá-Canoeiro foram submetidos pelo Estado a experimentos de “reprodução assistida”, em que indigenistas e pesquisadores tentaram reproduzir fisicamente o grupo a partir de critérios biológicos e racistas estranhos à vontade dos próprios Avá-Canoeiro. Infantilizados e naturalizados, eles foram reduzidos simbolicamente a animais de cativeiro, cujo destino reprodutivo é conduzido por outros que não eles próprios. Justificar a ação com base no pressuposto de que o grupo do Araguaia e o de Tocantins tinham vínculos biológicos *a priori*, desconsiderando a elaboração cultural dos próprios Avá-Canoeiro sobre os seus vínculos de parentesco e sua origem mítico-histórica, também fez parte desse complexo ideológico que concebeu o grupo como espécimes da natureza em extinção.

A resistência célebre e irredutível do grupo em estabelecer qualquer tipo de contato pacífico com o colonizador colaborou para a construção no imaginário colonial do estereótipo de um povo inapto ao processo civilizatório de superação e domesticação de um suposto estado selvagem essencial. Essa ideologia de objetificação e naturalização da alteridade embasou uma prática racista de extermínio, dominação, manipulação e exclusão.

É importante lembrar, contudo, uma diferença fundamental entre a cosmologia eurocêntrica, alicerçada na diferença entre natureza e cultura, problematizada pela Antropologia, porém persistente, e as cosmologias ameríndias, que não enfatizam a distinção entre esses dois domínios. Na primeira, a alteridade tende a ser naturalizada e conceituada em termos da oposição entre sujeito e objeto. Já nessas sociedades indígenas, em que a ligação entre os seres humanos é o modelo para as relações com o mundo material ou com a alteridade, ambos estão em uma relação de sujeitos diferentes e não de sujeito e objeto, não negando a humanidade essencial do Outro¹⁸. Mesmo no caso daqueles “outros” que estão em graus inferiores de prestígio e valor ou em uma relação de hierarquia ou controle, como no caso da relação entre os Javaé e os Avá-Canoeiro ou dos homens javaé e as mulheres javaé, dentro de uma estrutura social alicerçada no poder da Casa dos Homens, a eles não é atribuída uma condição ontológica inferior¹⁹. Os estrangeiros e as mulheres são definidos como alteridade no exemplo javaé, mas não são naturalizados, o que tem vastas implicações para as relações sociais.

A importância de uma narrativa antropológica engajada politicamente fundamenta-se no seu compromisso com a verdade, com a transformação das estruturas de opressão e com a descolonização do pensamento, a partir da crítica dos pressupostos hegemônicos e invisibilizados que perpetuam estruturas de poder e impedem o acesso à justiça pelas populações em situação de vulnerabilidade.

Patrícia de Mendonça Rodrigues é bacharel em Ciências Sociais e mestre em Antropologia pela UnB e doutora em Antropologia pela Universidade de Chicago (EUA).

18 Como bem mostra Viveiros de Castro (2002:248) a respeito dos Tupinambá e seu “reconhecimento integral da humanidade do contrário” ou inimigo.

19 Ver Rodrigues (2008) sobre a humanização da alteridade entre os Javaé e Segato (2012), sobre a plenitude ontológica dos dois polos da dualidade hierárquica de gênero no mundo indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIAGA, Zoroastro. 1959. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935*. Goiânia: Estado de Goiás.
- ATAÍDES, Jézus Marco de. 2001. *Documenta indígena do Brasil Central*. Goiânia: UCG.
- AURELI, Willy. 1962 [1939]. *Roncador*. São Paulo: Leia.
- BAENA, Antonio L. Monteiro. 1848. “Resposta ao Ilm. e Exm. Sr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz, dada pelo Sr. tenente-coronel Antonio Ladisláo Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto”. *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (IHGB)* 10: 80-107. Rio de Janeiro.
- BALDUS, Herbert. 1970. *Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central*. Série Brasileira 17. São Paulo: Nacional.
- BORELA, Henrique Aguiar. 2013. *Arquivos fotográficos sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia: uma exploração possível*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- CHAIM, Marivone Matos. 1974. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente.
- COMISSÃO DE ANISTIA, 2011. *Transcrição dos depoimentos dos índios Avá-Canoeiros, 17 de junho de 2011*. Brasília: Ministério da Justiça.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Volume 2, Textos Temáticos*. 2014.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. 1974 [1863]. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três.
- _____. 1998 [1863]. “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1º de junho de 1863”. *Memórias Goianas 9: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1861-1863*. Goiânia: UCG.
- CRUZ MACHADO, Antonio Cândido da. 1997 [1854]. “Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1854 o Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado”. *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.
- CUNHA MATTOS, Raymundo José da. “Chorographia histórica da Província de Goyaz”. *Revista Trimestral do IHGEB* 38. Parte primeira. Rio de Janeiro.
- ESCRIBANO, Francisc. 2000. *Descalço sobre a terra vermelha*. Campinas: UNICAMP.
- FERRAZ, Luciana. 2012. *Relatório ambiental da Terra Indígena Taego Áwa*. Brasília: FUNAI.

- FREITAS, Edinaldo Bezerra de. 2011. “A Guarda Rural Indígena – GRIN: aspectos da militarização da política indigenista no Brasil”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.
- FUNAI. 1973. “Finalmente o contato”. *Boletim Informativo FUNAI* 2 (8), III Trimestre: 3-10. Brasília: FUNAI.
- GRANADO, Eliana. 1999. “Sobrevivência e reconstituição étnica dos Avá-Canoeiro”. *Revista Brasileira de Ecologia do Século 21*, IX, julho/agosto, 41: 29-34. Rio de Janeiro.
- KARASCH, Mary. 1992. “Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889”. In: M. Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 2001. *O desencanto do oeste*. Goiânia: UCG.
- MEIRELES, José Apoena Soares de & Meireles, Denise Mald. 1973/1974. “O conhecimento dos Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo FUNAI* 3 (9/10), IV Trimestre 1973, I Trimestre 1974: 15-23. Brasília: FUNAI.
- NEWLANDS, Lílian & Ramos, Aguinaldo Araújo. 2007. *Apoena, o homem que enxerga longe – Memórias de Apoena Meirelles, sertanista assassinado em 2004*. Goiânia: UCG.
- PACTO. 1992. *Programa Avá-Canoeiro do Tocantins*. Brasília: FUNAI/FURNAS.
- _____. 2004. *Programa de apoio aos Avá-Canoeiro*. Brasília: FUNAI/FURNAS.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. 1994. *O povo invisível*. Goiânia: UCG.
- _____. 2006. “Avá-Canoeiro”. In: M. C. O. de Moura (org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: UCG.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios et alli. 1990. *Avá-Canoeiro: a terra, o homem, a luta*. Goiânia: UCG.
- POHL, João Emanuel. 1951 [1837]. *Viagem ao interior do Brasil*, Volume II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- QUIJANO, A. 2005. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. *4 Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*: 117-142. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. “Uma crítica da (des)razão indigenista”. *Série Antropologia* 243. Brasília: UnB.
- RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. 2008. *A caminhada de Tanỹxiwè: uma teoria Javaé da História*. Tese de doutorado em Antropologia. Chicago: Universidade de Chicago.
- _____. 2010. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro*. Brasília: FUNAI/UNESCO.

- _____. 2012. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Taego Áwa*. Brasília: FUNAI.
- _____. 2013. “Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo”. *Anuário Antropológico* 2012/I: 83-138. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 2018. “Marãiwatsédé, uma tragédia anunciada”. *Espaço Ameríndio*: 12 (2): 181-211, jul./dez. Porto Alegre.
- _____. 2019. *Taego Áwa, um nome de mulher para a terra-mãe sonhada. Resiliência de um povo tupi, os Avá-Canoeiro do Araguaia*. Manuscrito inédito.
- SEGATO, Rita Laura. 2012. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. *E-cadernos CES* 18: 106-131. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 29.01.2019.
- SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. 1849. “O descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz”. *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (IHGB)* 12: 429-519. Rio de Janeiro.
- TEÓFILO DA SILVA, Christian. 2005. *Cativando Maira – a sobrevivência Avá-Canoeiro no alto Rio Tocantins*. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____. 2010. *Cativando Maira – a sobrevivência dos índios avá-canoeiros no alto Rio Tocantins*. São Paulo: Annablume; Goiânia: PUC Goiás.
- TORAL, André Amaral de. 1984/1985. “Os índios negros ou os Carijó de Goiás – A história dos Avá-Canoeiro”. *Revista de Antropologia* 27/28: 287-325. São Paulo: USP.
- _____. 1986. “Sem perspectivas – dispersão e isolamento impedem continuidade dos Avá-Canoeiro”. *Povos Indígenas no Brasil* 85/86: 371-372. Aconteceu Especial 17, CEDI. São Paulo: Guteplan.
- TOSTA, Lena Tatiana Dias. 1997. “*Homi matou papai meu*”: uma situação histórica dos Avá-Canoeiro. Monografia de Graduação em Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- VALENTE, Rubens. 2017. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VILLAS BÔAS, Orlando & VILLAS BÔAS, Cláudio. 1994. *A marcha para o oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS.
- _____. 2002. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

POSSIBILIDADES DE REPARAÇÃO E JUSTIÇA PARA OS AVÁ-CANOEIRO DO ARAGUAIA A PARTIR DA MEMÓRIA E DA VERDADE SOBRE O QUE NÃO SE QUER LEMBRAR

Resumo: O artigo aborda a possibilidade de contribuição crítica por parte do profissional de Antropologia para os processos de memória, verdade, reparação e justiça a partir da desconstrução de narrativas hegemônicas coloniais sobre povos indígenas. O artigo traz um resumo da história e situação atual dos Avá-Canoeiro do Araguaia, cujo caso é um dos destaques do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Os dados apresentados são baseados na memória oral desse povo de língua tupi e na bibliografia histórica. Vítimas da tentativa de genocídio pelos colonizadores e da ação violenta do próprio Estado durante os governos militares, a situação de grande opressão do grupo permaneceu invisível e naturalizada até recentemente

Palavras-chave: Avá-Canoeiro do Araguaia; Genocídio; Memória; Reparação.

POSSIBILITIES OF RECOVERY AND JUSTICE FOR THE ARAGUAIA AVA CANOEIRO PEOPLE: TRUTH AND MEMORY OF WHAT SHOULD REMAIN FORGOTTEN

Abstract: The article approaches the possibility of critical contribution of the anthropologist to the official processes of memory, truth, repair and justice based on the deconstruction of hegemonic colonial narratives about indigenous people. The article brings a summary of the history and current situation of the Avá-Canoeiro do Araguaia, which was highlighted in the report of the National Truth Commission (2014). The data presented are based on the oral memory of this tupi people and on the historical bibliography. They were victim of genocide from colonizers e violent action from the Brazilian Estate during military governments, but their situation of great oppression remained invisible and naturalized until recently

Keywords: Avá-Canoeiro do Araguaia; Genocide; Memory; Repair.

RECEBIDO: 11/10/2019

APROVADO: 22/01/2020